



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

## REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

### PROGRAMA NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS

(Documento base – Câmara Temática de Regionalização)



Brasília, 08.02.2013



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

## SUMÁRIO

<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>2</b>
<b>2. DIRETRIZES.....</b>	<b>7</b>
<b>3. OBJETIVOS.....</b>	<b>7</b>
<b>4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>7</b>
<b>5. MODELO DE GESTÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>6. EIXOS DE ATUAÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>7. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>i. FORMAÇÃO DE REDES.....</b>	<b>11</b>
<b>ii. MAPEAMENTO, DIAGNÓSTICO E CATEGORIZAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>iii. CAPACITAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>iv. EDITAIS DE APOIO.....</b>	<b>18</b>
<b>v. PRÊMIO NACIONAL DE TURISMO.....</b>	<b>18</b>
<b>8. MONITORAMENTO.....</b>	<b>19</b>
<b>9. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>19</b>



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A trajetória da política nacional de turismo com enfoque territorial teve início com a implementação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT<sup>1</sup>. Concebido para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal, o programa teve início em 1993 sob a coordenação do então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Posteriormente, transformou-se em um movimento nacional, capaz de mobilizar agentes e produzir importantes resultados que formaram um alicerce necessário para avançar em direção ao desenvolvimento do território. Neste sentido, o PNMT cumpriu seu papel, mas foi preciso avançar. A transição para o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil permitiu uma maior integração entre as esferas municipal e regional, ampliando assim seu espaço produtivo.

Lançado em abril de 2004, esta nova estratégia para o desenvolvimento da atividade turística no território foi estruturada com base nas orientações do Plano Nacional do Turismo 2003-2007. Teve como objetivo a estruturação, ampliação, diversificação e qualificação da oferta turística brasileira, sendo considerada uma das principais estratégias para execução da Política Nacional de Turismo devido sua proposta de desenvolvimento de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo.

Uma das primeiras ações desenvolvidas pelo Programa foi o mapeamento das regiões turísticas brasileiras, realizadas a partir de oficinas de planejamento e de definição das estratégias de implementação nas 27 Unidades da Federação. Participaram representantes dos Fóruns Estaduais de Turismo, dos órgãos e colegiados de turismo municipais e estaduais, além de representantes da iniciativa privada e do terceiro setor.

---

<sup>1</sup> Adaptado de Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo./ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

Resultado desse processo, o primeiro levantamento das regiões turísticas deu origem ao mapa de regionalização do turismo, composto, à época, por 219 regiões, as quais abrangiam 3.319 municípios. Por conseguinte, surgiu a primeira iniciativa de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no país de forma regional, de forma a considerar todas as diversidades e potencialidades dos municípios envolvidos sob a ótica de desenvolvimento integrado.

A fim de nortear o processo de implementação do Programa, foram estabelecidas as Diretrizes Operacionais - nove módulos, cuja linguagem simplificada permitiu o detalhamento necessário para implementação do Programa no território nacional. Por meio destes documentos técnico-orientadores foi possível qualificar os profissionais e comunidades envolvidas com o turismo, o que permitiu a organização das regiões turísticas e seus municípios com base nas diretrizes e princípios propostos naquele novo modelo de desenvolvimento turístico.

A participação foi considerada uma das principais estratégias de implementação do Programa de Regionalização no País. O desafio de executar um programa nacional deste porte contava com a prerrogativa da descentralização de esforços e também o compartilhamento de experiências e informações.

Para tanto, formou-se no Brasil uma grande rede de atores ligados à atividade turística, com destaque para a fundamental participação dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização. Estes tinham a missão de levar até as regiões e municípios dos seus estados as diretrizes e estratégias definidas pelo Programa, bem como propor a integração regional como mote de trabalho a ser seguido dali em diante. A concepção de criar ou fortalecer grupos de representantes dos setores da cadeia do turismo (setor público, privado e sociedade civil organizada), em cada uma das regiões trabalhadas, também foi conduzida como uma das estratégias de implementação do Programa.

Concomitantemente à ação de estruturação das regiões turísticas, sob o viés de planejamento e da governança, tornou-se necessário viabilizar um espaço de



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

destaque no cenário nacional para promover os produtos turísticos que eram ali criados ou potencializados, sob os princípios do Programa de Regionalização.

A estratégia adotada para impulsionar o desenvolvimento e diversificar a oferta turística do País foi o Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, o qual se consolidou, ao longo de suas edições, como uma das principais ferramentas de promoção da diversidade turística do Brasil.

Vários resultados foram conquistados no decorrer da implementação do Programa de Regionalização, os quais se destacam o fortalecimento do processo de gestão compartilhada, o foco no mercado, a diversificação e ampliação da oferta turística, as iniciativas de apoio à roteirização, a valorização da produção associada ao turismo e o processo de construção de políticas públicas de forma participativa.

É reconhecido o fato de que o Programa contribuiu para o aumento da competitividade das regiões turísticas e da qualidade dos seus produtos, no sentido de gerar impactos positivos na economia local. No entanto, essa avaliação é resultado da observação e vivência dos atores envolvidos, uma vez que não há informações suficientes que a ratifiquem.

Com a modernização da administração pública, novos processos de planejamento e gestão dos programas governamentais vão, aos poucos, se incorporando às práticas de governo no País. Neste sentido, a necessidade de avaliar políticas, programas e projetos na esfera governamental, tornou-se uma ferramenta para mensurar e alcançar a almejada eficácia das ações públicas. Fato este que ocorreu com o Programa de Regionalização, quando em 2010 foi compreendido como fundamental à realização de uma avaliação detalhada dos seis anos de sua aplicação.

Construído coletivamente, assim como a Política de Regionalização, o processo avaliativo envolveu diversos atores estratégicos do turismo em todo o País, os quais contribuíram com seus conhecimentos e suas experiências.



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

Expressão espontânea de cidadania, a avaliação<sup>2</sup> do Programa, com vistas à sustentabilidade, considerou as especificidades de cada região do Brasil, palco de realidades sociais que se misturam e se complementam. Seus resultados, traduzidos em importantes lições aprendidas nesta trajetória, somados às experiências dos interlocutores do programa, nortearam a construção de sua segunda fase, conforme cronograma apresentado abaixo:

Tabela 1: Processo de construção coletiva do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos

2010	Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo
2012	Oficinas de planejamento interno – Ministério do Turismo
	19º e 20º Encontro dos Interlocutores do Programa de Regionalização
	Oficinas de trabalho com gestores de turismo das macrorregiões
	Oficinas de trabalho com especialistas em políticas públicas de turismo
	Construção de consenso da proposta com especialistas e com a academia
	Construção de consenso da proposta com parceiros estratégicos
	Oficina interna de trabalho – Ministério do Turismo
	Oficina de trabalho com a Câmara Temática de Regionalização
2013	Consulta pública
	Aprovação - Ministério do Turismo
	Aprovação - Conselho Nacional de Turismo
	Lançamento previsto para 29/04: <b>Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos</b>

<sup>2 2</sup> Disponível para consulta em:  
[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Livro\\_Regionalizaxo.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Regionalizaxo.pdf)



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

Cabe destacar que, apesar da referida avaliação ter apontado diversas sugestões de ajuste em seu formato, o Programa fora concebido originalmente em pilares conceituais significativos, os quais que refletem o modelo de desenvolvimento turístico desejado para a atual realidade.

Portanto, pode-se afirmar que os principais desafios e os ajustes necessários dizem respeito, fundamentalmente, a estratégias de implementação. Assim, transformar o conjunto de recomendações de ajustes e aprimoramentos é, na prática, **promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo nas regiões com foco na estruturação dos destinos turísticos.**

*Para o Ministério do Turismo, estruturação de destinos implica em identificar o nível de desenvolvimento das regiões turísticas e atuar, em parceria com as UF's e municípios, a partir dos eixos de atuação do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos com o objetivo de aumentar sua competitividade.*

Tal linha de pensamento conduziu o processo de construção da segunda fase, apresentado neste momento à sociedade brasileira.



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

## **2. DIRETRIZES**

O Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos foi planejado para consolidar, no médio prazo, a competitividade das regiões turísticas, orientando a ação executiva para:

- a. Integração e Participação Social
- b. Inclusão
- c. Descentralização
- d. Sustentabilidade
- e. Inovação
- f. Competitividade

## **3. OBJETIVOS**

O objeto geral do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos é apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no país, de forma regionalizada e descentralizada.

## **4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Promover o fortalecimento institucional do turismo nos estados, regiões e municípios identificadas no Mapa da Regionalização do Ministério do Turismo;
- Incentivar e apoiar o desenvolvimento de planos e posicionamento de mercado para as regiões e destinos turísticos;
- Qualificar os serviços e incrementar a produção associada nas regiões e destinos turísticos;
- Fomentar o empreendedorismo nas regiões e destinos turísticos, assim como a atração de investimentos;
- Identificar as principais necessidades de infraestrutura das regiões e destinos turísticos e articular para sua viabilização;
- Apoiar a promoção e comercialização dos produtos turísticos;



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

- Monitorar o desenvolvimento das regiões e destinos turísticos identificadas no Mapa da Regionalização do Ministério do Turismo;
- Transferir conhecimento técnico visando o fortalecimento da gestão pública de turismo no país;
- Oferecer subsídios para orientar a atuação integrada do Ministério do Turismo;
- Identificar, premiar e disseminar as melhores práticas e iniciativas em turismo no país.

## 5. MODELO DE GESTÃO

O modelo de gestão adotado pelo Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos está alicerçado sob a ótica da gestão compartilhada.

Dois grupos são responsáveis pela Gestão Compartilhada do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos: os *atores institucionais*, que têm como missão deliberar/discutir sobre os temas relevantes do turismo nacional, incorporando as demandas nacionais, estaduais, regionais e municipais, constituindo-se em um núcleo de expressão técnica e política; e os *atores operacionais* que têm como missão apoiar a implementação do Programa, assim como monitorar sua efetiva execução.



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

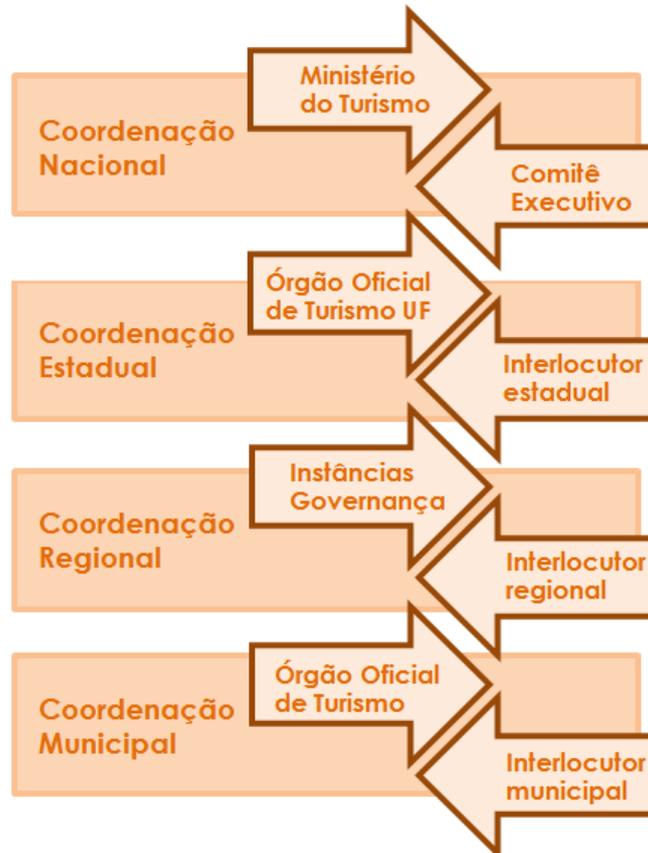


Figura 1: Gestão Compartilhada do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos.

#### **Atores institucionais:**

- Ministério do Turismo
- Conselho Nacional de Turismo – CNT
- Câmara Temática de Regionalização do Conselho Nacional de Turismo
- Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR
- Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes dos Destinos Indutores – ANSEEDITUR
- Instâncias de Governança Macrorregional
- Órgãos Oficiais de Turismo dos Estados
- Conselhos/Fóruns Estaduais de Turismo



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

- Instâncias de Governança Regionais
- Órgãos Oficiais de Turismo dos Municípios
- Conselhos Municipais ou Governanças Locais

**Atores operacionais:**

- Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização
- Interlocutores Regionais do Programa de Regionalização
- Interlocutores Municipais do Programa de Regionalização

Cabe ressaltar que a Coordenação Nacional do Programa será conduzida pelo Ministério do Turismo por meio do Comitê Executivo do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos, que terá como principais atribuições:

- Definir diretrizes estratégicas;
- Planejar e coordenar as ações, em âmbito nacional;
- Articular, negociar e estabelecer parcerias com as diversas esferas de governos, iniciativa privada e organismos não governamentais nacionais e internacionais;
- Monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito nacional.

## **6. EIXOS DE ATUAÇÃO**

Os eixos de atuação do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos representam, de forma prática e aplicável, o próprio ciclo de desenvolvimento e produção da atividade turística em um determinado território. Além disso, propicia a integração das ações das Coordenações, Diretorias e Secretarias do Ministério do Turismo nos estados, regiões e destinos turísticos.

A avaliação do Programa de Regionalização, destacada anteriormente, recomendou fortemente um maior alinhamento interno do Ministério do Turismo, visto que as ações promovidas não seguiam necessariamente um planejamento estratégico maior e conseqüentemente não convergiam para a efetiva estruturação dos destinos.



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

Dessa forma, as ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo, assim como suas entregas, foram organizadas e consolidadas em oito eixos de atuação:

1. Fortalecimento Institucional
2. Planejamento e Posicionamento de Mercado
3. Qualificação dos Serviços e da Produção Associada ao Turismo
4. Empreendedorismo e Atração de Investimentos
5. Infraestrutura
6. Informação ao Turista
7. Promoção e Apoio a Comercialização
8. Monitoramento

Estes eixos possuem um caráter transversal, são norteadores e fundamentam o processo de efetivação do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos.

## **7. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO**

### **i. FORMAÇÃO DE REDES**

A formação de capital humano foi a mais exitosa experiência na implementação, tanto do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, quanto do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Neste processo de reestruturação propõe-se o resgate da figura do ator municipal, a manutenção do interlocutor estadual e a criação do representante regional como forma de fortalecer e estender a rede de mobilização. Essa rede será formada por:

- Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização
  - ☞ Perfil: funcionário público estadual, designado pelo Órgão Oficial de Turismo do Estado.
  - ☞ Atribuições:
    - Elaborar diretrizes e estratégias alinhadas às nacionais;



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

- Planejar e coordenar as ações do Programa, em âmbito estadual;
  - Articular, negociar e estabelecer parcerias, em âmbito estadual;
  - Monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito estadual;
  - Produzir e disseminar informações e conhecimento, assim como validar o conjunto de dados e informações produzidos pelas regiões;
  - Participar dos Encontros dos Interlocutores e dos Encontros Nacionais de Turismo (convocar ou participar de reuniões com Interlocutores Regionais, Municipais e com o MTur quando necessário).
- Interlocutores Regionais do Programa de Regionalização
- ☞ Perfil: ator do poder público, da iniciativa privada ou do terceiro setor, comprometido com a gestão do Programa, indicado pelos órgãos municipais de turismo que compõem a região turística.
  - ☞ Atribuições:
    - Planejar e coordenar as ações, em âmbito regional;
    - Articular, negociar e estabelecer parcerias, em âmbito regional;
    - Monitorar e avaliar as ações do Programa, em âmbito regional;
    - Produzir e disseminar informações e conhecimento, assim como validar o conjunto de dados e informações produzidos pelos municípios;
    - Dar suporte aos Interlocutores Estaduais e Municipais nas ações/atividades do Programa;
    - Participar dos Encontros dos Interlocutores quando solicitado, e dos Encontros Nacionais de Turismo (participar de reuniões com Interlocutores Estaduais, Municipais e com o Ministério do Turismo quando solicitado e convocar reuniões com os municípios integrantes da região).



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

- Interlocutores Municipais do Programa de Regionalização
  - ☞ Perfil: funcionário público municipal, designado pelo Órgão Oficial de Turismo ou do Gestor máximo do município.
  - ☞ Atribuições:
    - Mobilizar os segmentos organizados para o debate e a indicação de propostas locais para o município;
    - Integrar os diversos setores locais em torno da proposta de regionalização;
    - Participar de debates e da formulação das estratégias locais para o desenvolvimento do município;
    - Planejar e executar ações locais, integradas às regionais;
    - Produzir/coletar dados e informações que permitam a identificação do nível de desenvolvimento dos destinos;
    - Produzir e disseminar informações e conhecimento;
    - Dar suporte aos Interlocutores Regionais e Estaduais nas ações/atividades do Programa;
    - Participar dos Encontros Nacionais de Turismo; (Participar de reuniões com Interlocutores Estaduais, Regionais e com o Ministério do Turismo quando solicitado).

## ii. MAPEAMENTO, DIAGNÓSTICO E CATEGORIZAÇÃO

O Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos adota a região turística como referência territorial para fins de planejamento, gestão e promoção. Esta estratégia de territorialidade é consonante com a qual foi aplicada pelo Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil em seus 9 anos de implementação.

O Mapa da Regionalização do Turismo, nas suas três edições (2004, 2006 e 2009), contribuiu significativamente para a identificação das regiões turísticas<sup>3</sup> do

<sup>3</sup> Atualmente, o Mapa da Regionalização do Turismo identifica 276 Regiões Turísticas do Brasil, compostas por 3.635 municípios. Disponível em:



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

Brasil, orientando dessa forma, a atuação do Governo Federal no território brasileiro. Entretanto, o conjunto de informações diagnosticadas foi considerado insuficiente para identificar o nível de desenvolvimento das regiões turísticas, não oferecendo dessa forma, subsídios para tomada de decisões estratégicas.

Neste contexto, o mapeamento proposto pelo Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos tem como objetivo reunir, por meio de um amplo diagnóstico, um conjunto de informações que permita identificar o nível de desenvolvimento das regiões turísticas. O resultado desse esforço permitirá a identificação e categorização dos destinos e das regiões turísticas brasileiras.

Para isso, será aplicada uma matriz diagnóstica, construída com base nas Dimensões do Índice de Competitividade do Turismo Nacional, na metodologia do Inventário da Oferta Turística e nos eixos de atuação propostos pelo Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos.

Neste primeiro momento, serão consideradas para categorização as regiões turísticas definidas pelo mapa do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiro do Brasil (2009). Posteriormente, a atualização destas regiões será realizada em conjunto com os estados e municípios.

Cabe ressaltar que, para fins de gestão do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos, a categorização será dividida em dois blocos:

- Por DESTINO: a categorização do destino indicará seu nível de desenvolvimento turístico, considerando sempre o fator MUNICIPAL.
- Por REGIÃO: a categorização da região indicará seu nível de desenvolvimento turístico, a partir da ponderação do nível de desenvolvimento dos destinos que a compõe.

Para fins de gestão, os DESTINOS e REGIÕES serão categorizados da seguinte forma:

- Nível 1 [Mobilizar]



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

- Nível 2 [Desenvolver]
- Nível 3 [Qualificar]
- Nível 4 [Promover]

Quanto à relação da categorização com a atuação do Ministério do Turismo para os DESTINOS e REGIÕES, o Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos propõe:

Tabela 2: Relação *categorização vs atuação do Ministério do Turismo*

ATUAÇÃO	CATEGORIZAÇÃO			
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Fortalecimento Institucional	×			
Planejamento e Posicionam. Mercado	×	×		
Informação ao Turista		×	×	
Qualificação Serviços e Produção Associada		×	×	×
Empreendedorismo e Atração Investimentos		×	×	×
Infraestrutura		×	×	×
Promoção e Apoio à Comercialização			×	×
Monitoramento	×	×	×	×

Como mencionado anteriormente, para fins de categorização dos destinos e regiões turísticas será aplicada a Matriz Diagnóstica. A metodologia utilizada para priorização, assim como os critérios de medição, ponderação e demais índices serão desenvolvidos pelo Ministério do Turismo.



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

### iii. CAPACITAÇÃO

A transferência de conhecimento, com o escopo de promover o desenvolvimento sustentável do turismo através do fortalecimento da gestão compartilhada, é uma das premissas do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos.

Com o intuito de promover o desenvolvimento das regiões turísticas do Brasil, o Ministério do Turismo irá elaborar documentos técnico-orientadores com o passo a passo para a implementar o Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos. Dessa forma, cada região, após identificar seu estágio de desenvolvimento, poderá iniciar a implementação do Programa.

Os documentos técnico-orientadores tiveram origem no Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil e foram adaptados para o formato atual, sendo apresentados agora, como os Cadernos de Orientação Técnica do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos, de forma a facilitar a compreensão de todos os envolvidos quanto ao processo de desenvolvimento da atividade turística regionalizada. Serão realizados também cursos de formação presenciais e à distância com o intuito de capacitar toda rede de atores do Programa.

Baseado nos eixos de atuação do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos, as cartilhas, manuais e cursos serão ordenados pelos oito Eixos de Atuação, com os seguintes conteúdos sugeridos:

#### **- Fortalecimento Institucional**

- Sistema Nacional de Turismo
- Gestão Descentralizada
- Órgão Oficial de Turismo
- Políticas Públicas de Turismo
- Sensibilização e Mobilização
- Formação de Capital Social e Empoderamento



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

- Formação de Redes

- **Planejamento e Posicionamento de Mercado**

- Diagnóstico Estratégico Situacional
  - Pesquisa de Oferta Turística
  - Pesquisa de Demanda Turística
  - Análise Estratégica Situacional
- Planejamento Estratégico
  - Plano de Inteligência de Mercado
  - Segmentação do Turismo
  - Roteirização
- Planejamento Operacional

- **Qualificação dos Serviços e da Produção Associada ao Turismo**

- Formalização dos Serviços Turísticos
- Cadastramento, Classificação, Certificação e Fiscalização
- Capacitação e Certificação Profissional
- Integração da Produção Associada ao Turismo

- **Empreendedorismo e Atração de Investimentos**

- Mapeamento de Oportunidade de Investimentos
- Captação de Investimentos
- Parcerias Público/Privada
- Modalidades de Financiamento
- Incentivos Fiscais e Tributários

- **Infraestrutura Turística**

- Elaboração de Projetos de Infraestrutura Turística
- Sinalização Turística
- Centro de Atendimento ao Turismo
- Acessibilidade

- **Informação ao Turista**



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

- Guias e Mapas Turísticos
- Banco de Imagens e Vídeos
- Portais (*site*) de Destinos e Regiões Turísticas
- Uso de Novas Tecnologias

**- Promoção e Apoio a Comercialização**

- Plano de Marketing
- Material Promocional
- *Famtrip e Presstrip*
- Rodadas de Negócios
- Participação em Feiras e Eventos

**- Monitoramento do Turismo**

- Observatório do Turismo
  - Impactos da Atividade Turística
  - Satisfação do Turista

**iv. EDITAIS DE APOIO**

O apoio ao desenvolvimento dos destinos e regiões turísticas se dará, no âmbito do Programa, preferencialmente através da realização de chamamentos públicos, com base nos Eixos de Atuação e com critérios coletivamente acordados que deverão considerar a categorização realizada.

**v. PRÊMIO NACIONAL DE TURISMO**

Tem como objetivo identificar, reconhecer e disseminar as práticas de excelência em turismo realizadas no País. A identificação destas experiências exitosas será dada de acordo com os Eixos de Atuação propostos pelo Programa e a sua premiação ocorrerá anualmente, em evento organizado pelo Ministério do Turismo e parceiros. A disseminação das práticas de excelência em turismo premiadas serão realizadas através de estratégias de *benchmarking*.



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

## **8. MONITORAMENTO**

O sucesso de um programa, ou de um projeto, não depende única e exclusivamente de um bom planejamento, ou da eficácia com que seus executores atuam na implementação das ações. É necessário que se construa um bom Sistema de Monitoria e Avaliação<sup>4</sup> para que esse sucesso seja realmente alcançado.

Todo projeto ou conjunto de ações sofre, ao longo de sua implementação, desvios no cumprimento das metas programadas, como consequência de mudanças e pressões provenientes dos seus ambientes interno e externo, que acabam por influenciar as ações executadas.

Tais desvios, cuja importância varia de acordo com o tipo, a frequência e o grau de influência sofrida, poderão resultar, se não forem percebidos, avaliados e ajustados a tempo, em atraso no cumprimento das metas, no desperdício de tempo e recursos e, até, no completo insucesso das ações.

É a partir de um trabalho de acompanhamento, documentação, análise e avaliação de resultados, da comparação entre o planejado e o realizado e da avaliação dos desvios ocorridos que poderão ser adotadas medidas de ajuste. É com base nas informações obtidas nesse trabalho que as decisões importantes serão tomadas e os ajustes serão feitos em função de padrões preestabelecidos ou das metas programadas.

Neste contexto, os indicadores sugeridos para o Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos serão baseados nos Eixos de Atuação e deverão alimentar o Sistema de Informações Gerenciais do Programa.

## **9. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO**

A estratégia de comunicação deve possuir instrumentos capazes de auxiliar e facilitar a troca de informações entre os diversos atores do turismo e o Ministério do

---

<sup>4</sup> Adaptado de: 1. Gestão do Turismo – Brasil. 2. Programa de Regionalização do Turismo. 3. Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa. I. Título. II. Título: Módulo Operacional. 9: Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa.



Ministério do Turismo  
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo

Turismo, bem como fomentar o desenvolvimento do Programa Nacional de Estruturação de Destinos Turísticos.

As principais ações de comunicação propostas envolvem a criação de um portal para o Programa, direcionado aos atores direta e indiretamente envolvidos na sua implementação e a utilização das novas tecnologias e de redes sociais. Serão produzidas e disponibilizadas no portal, vídeo-aulas abordando os conteúdos do Programa, como ferramentas de capacitação permanente, bem como a disponibilização de um fórum dinâmico de comunicação que possibilite a realização de *chats* e videoconferência com os demais atores.

Por findar, destaca-se, também a importância da realização dos encontros presenciais tais como:

- Encontros dos Interlocutores: realização de encontros periódicos com os interlocutores do Programa (municipais, regionais e estaduais) com o objetivo de trocar experiências, debater e atualizar informações relativas ao Programa;
- Encontros Nacionais de Turismo: realização de encontro em nível nacional para acompanhar as ações do Programa e promover a capacitação continuada dos atores envolvidos.